

COLEÇÃO COMPONENTES ELETIVOS FUNDANTES

CIÊNCIAS HUMANAS

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA I – MOVIMENTOS SOCIAIS

Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ceará – EEMTI

Elmano de Freitas da Costa
Governador

Jade Afonso Romero
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Gezenira Rodrigues da Silva
Coordenadora da Educação em Tempo Integral

Teresa Márcia Almeida da Silveira
Articuladora da Coordenadoria da Educação em Tempo Integral

Daniela Bezerra de Menezes Gomes
Orientadora da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral

Denylson da Silva Prado Ribeiro
Orientador da Célula de Acompanhamento da Educação em Tempo Integral

Elaboração

Daniela Bezerra de Menezes Gomes

Natan dos Santos Rodrigues Júnior

Tereza Maria Pimentel Sousa

Acompanhamento

Equipe Técnica CEDTI:

Ana Marilene Feitosa de Andrade

Ana Paula Silva Vieira

Leonardo Saraiva do Nascimento

Lívia Pereira Chaves

Maria Nahir Batista Ferreira Torres

Maria Socorro Braga Silva

Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Roserlany Francelino Gomes

Tereza Maria Pimentel Sousa

Revisão:

Ana Paula Silva Vieira

Lívia Pereira Chaves

Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387m Ceará, Secretaria da Educação do

Memória, verdade e justiça I - movimentos sociais /
Secretaria da Educação do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2024.

46 p. : il.

ISBN 978-85-8171-688-6

ISBN 978-85-8171-686-2 (E-book)

1. Ditadura militar. 2. Brasil 3. Reflexão. I. Título.

CDD: 981.063

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral (COETI), apresenta às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI a coleção de fascículos que abordam componentes eletivos que compõem a parte flexível do currículo.

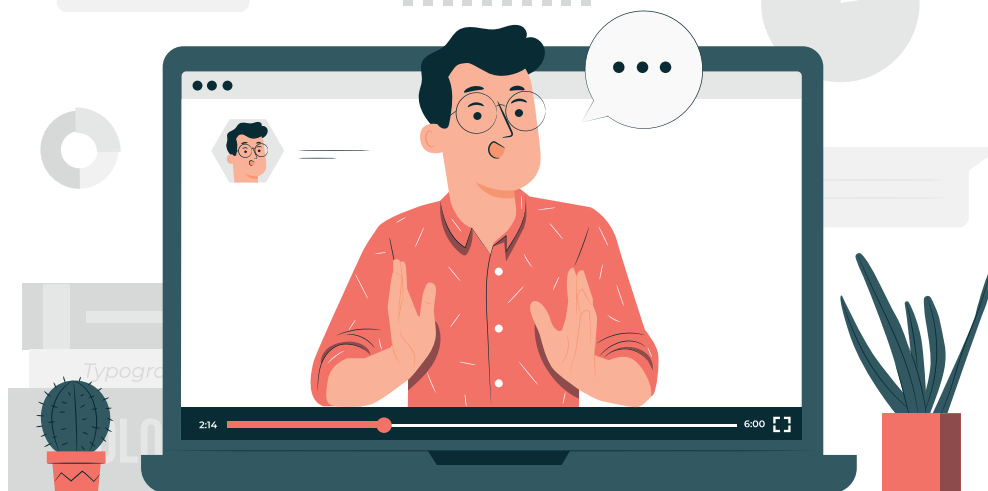
A disponibilização deste material para as EEMTI tem como objetivos:

I. Oferecer apoio pedagógico e didático a professoras e professores que lecionam esses componentes eletivos.

II. Oportunizar às/aos estudantes subsídios para o desenvolvimento de competências e habilidades nos itinerários escolhidos, a partir de seu Projeto de Vida, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos, a ampliação da aprendizagem e o seu crescimento cognitivo e socioemocional.

A elaboração desses fascículos está vinculada às ementas do Catálogo dos Componentes Curriculares Eletivos de 2024. Nesta quarta tiragem, foram selecionados alguns componentes eletivos fundantes, ou seja, que apresentam assuntos essenciais e contextualizados, capazes de gerar interesses de aprofundamento nas/nos jovens, a partir das temáticas abordadas. Esses componentes estão relacionados às quatro áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e a uma unidade curricular de Formação Profissional.

MENSAGEM À/AO PROFESSORA/PROFESSOR



Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dez competências gerais devem ser desenvolvidas pelas/os estudantes ao longo do Ensino Médio. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, espera-se que você, professora/or, possa mediar o processo de desenvolvimento dessas competências e habilidades, mais especificamente relacionadas à UCE de Memória, Verdade e Justiça I, que tem como objetivo discutir o Golpe civil-militar de 1964 no Brasil e o regime de exceção que perdurou por 21 anos (1964-1985), com atenção aos efeitos que a Ditadura causou à sociedade brasileira em seus mais diversos setores e aspectos. De fato, o papel da memória, verdade, justiça e reparação é imprescindível a todo e qualquer Estado que aspire à humanidade, ao respeito à diversidade e à promoção da cidadania. As temáticas aqui abordadas podem suscitar exercícios de reflexão crítica sobre os fatos ocorridos no passado recente brasileiro que, em contextos de autoritarismo, exceção, perseguição e violação dos Direitos Humanos, transformaram o cenário político e cultural.

Este fascículo, portanto, trata sobre os vários modos de resistência à ditadura, realizados nos mais amplos setores e regiões do país, enfocando os diversos movimentos sindicais, sociais e populares que enfrentaram o autoritarismo de Estado.

O fascículo está organizado em três partes, com uma ou mais habilidades afins, selecionadas da BNCC. Cada PARTE é composta por: situações-problema, atividades (PARA COMPREENDER), etapa da construção para prática (ATIVIDADE PRÁTICA) e avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

Para a realização das atividades deste fascículo, a leitura e a interpretação de textos são o foco para o desenvolvimento das múltiplas habilidades pelas/ pelos estudantes. No desenvolvimento da ATIVIDADE PRÁTICA, converse com as/os estudantes e organize, quando necessário, a formação de equipes para a realização da proposta.

O fascículo encerra com a atividade de uma produção prática, interdisciplinar, visto a importância de se aplicarem os conhecimentos estudados de forma experimental, por meio de um produto com função social, a fim de estimular o protagonismo nessa construção. Esse momento, ao final de cada semestre, chama-se CULMINÂNCIA e pode ser realizado em um dia, organizado e planejado pelas/ pelos estudantes e pela equipe escolar, com convite a toda a comunidade escolar (remoto ou presencial), para que o resultado dos estudos, das pesquisas e das criações possam ser comunicados; e o protagonismo das/dos jovens, valorizado.

Esperamos, pois, que este fascículo contribua para enriquecer a sua prática pedagógica, auxiliando-a/o no planejamento das suas aulas e fortalecendo os processos de ensino e de aprendizagem.

Sucesso e boas aulas!

CONHECENDO O FASCÍCULO

PARTE

Cada PARTE é composta por até três atividades (PARA COMPREENDER) e Avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

UNIDADE

A UNIDADE é composta por uma, duas ou até três habilidades afins, selecionadas da BNCC ou da matriz do ENEM.



PARA COMPREENDER

As atividades do **PARA COMPREENDER** são constituídas, em geral, por até três questões reflexivas e de respostas construídas.



PRATICANDO EU APRENDO

O **PRATICANDO EU APRENDO** é o espaço destinado à avaliação, que será composta de itens de múltipla escolha, aplicados pelo SPAECE, ENEM ou SAEB, sobre a área de conhecimento a que a eletiva pertence.



FIQUE DE OLHO

O ícone **FIQUE DE OLHO** apresenta lembretes que são muito importantes para a compreensão do assunto.



SAIBA MAIS

O **SAIBA MAIS** aprofunda os conhecimentos e aborda curiosidades sobre: assunto, autor, livro, dicas de sites e/ou um complemento relevante para o tema, sempre relacionado ao desenvolvimento da habilidade.



CULMINÂNCIA

A **CULMINÂNCIA** apresenta as instruções para elaboração de um produto com função social. Assim, a/o estudante estará preparada/preparado e segura/seguro para produzir, juntamente com seus colegas, um objeto com a finalidade de estimular o protagonismo estudantil para ser compartilhado com a comunidade escolar.



MENSAGEM À/AO ESTUDANTE

Olá queridas/os estudantes,

É com grande entusiasmo que damos início ao estudo sobre a resistência dos diversos Movimentos Sociais ao nefasto período da ditadura no Brasil (1964-1985). Este fascículo faz parte da eletiva “Memória, Verdade e Justiça I”, que visa compreender criticamente um dos períodos mais marcantes e desafiadores da história do Brasil: a ditadura militar.

Neste semestre, mergulharemos nos diversos movimentos sociais que enfrentaram, corajosamente, o regime autoritário, lutando pelos direitos humanos, pela democracia e por uma sociedade mais justa. Nosso objetivo principal não é apenas aprender sobre esses movimentos, mas também refletir sobre seu legado e sua importância para a construção do Brasil contemporâneo.

Este material oferece imagens que norteiam a sua caminhada no fortalecimento da sua aprendizagem. Cada parte foi pensada com muito zelo para guiá-la/o nesta viagem. Se você quiser aprofundar os seus conhecimentos, pode recorrer ao SAIBA MAIS; sempre que aparecer essa indicação, tem uma sugestão de site, vídeo, leituras e ferramentas para você avançar ainda mais. E sempre que aparecer a indicação FIQUE DE OLHO, serão apresentados lembretes muito importantes para o nosso processo de ensino-aprendizagem.

Fique atenta/o a essas indicações no decorrer da viagem.

Cada unidade que você vai estudar traz elementos para que, ao final da Eletiva, seja desenvolvido um produto científico, educacional, cultural ou outros. Você, a/o professora/or e a turma irão produzi-lo e apresentá-lo no momento da CULMINÂNCIA, que acontece ao final de cada semestre. Esta atividade proporcionará uma abordagem dinâmica e participativa, permitindo que a resistência dos Movimentos Sociais durante a ditadura militar no Brasil seja explorada e compreendida de forma mais significativa.

Sucesso e bom estudo!

SUMÁRIO E COMPETÊNCIAS

PARTE 1:	0
A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE NO BRASIL NO CONTEXTO AUTORITÁRIO	0
Unidade 1: Introdução	0
Praticando eu aprendo	0
Unidade 2: O Movimento Sindical e a luta contra a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil	0
Praticando eu aprendo	0
Unidade 3: “Eu vou à luta com essa juventude”: a resistência estudantil contra a Ditadura	0
Praticando eu aprendo	0
PARTE 2:	0
A LUTA POR DIREITOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM MEIO AO REGIME AUTORITÁRIO	0
Unidade 4: Mulheres em luta contra o autoritarismo	0
Praticando eu aprendo	0
Unidade 5: A Ditadura e a repressão à comunidade LGBT	0
Praticando eu aprendo	0
PARTE 3:	0
A RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS NA LUTA CONTRA A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL	0
Unidade 6: A Ditadura e a luta do movimento negro e quilombola	0
Praticando eu aprendo	0
Unidade 7: A resistência indígena no contexto da ditadura empresarial-militar	0
Praticando eu aprendo	0
Culminância	0
Referências bibliográficas	0

HABILIDADES BNCC A SEREM TRABALHADAS NESTA UNIDADE

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

PARTE 1:

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE NO BRASIL NO CONTEXTO AUTORITÁRIO

UNIDADE 1

INTRODUÇÃO

Durante o período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985), os **movimentos sociais** enfrentaram uma intensa repressão por parte do governo oriundo do Golpe de 1964. Esse regime autoritário deixou um legado de violações aos Direitos Humanos, censura e perseguição política, marcando um capítulo sombrio na história do país.

Os movimentos sociais, compostos por grupos estudantis, sindicatos, intelectuais, artistas e outros setores da sociedade civil eram vistos como ameaças ao regime empresarial-militar, pois representavam uma oposição organizada e articulada contra as políticas autoritárias. De fato, esses movimentos reivindicavam direitos, participação popular e restauração da democracia, além de desafiarem a ordem política e a moral conservadora estabelecidas por tal governo.

Diante disso, o governo implementou uma série de medidas para sufocar qualquer forma de oposição e crítica. Dentre essas medidas, destacaram-se a imposição de leis repressivas, a exemplo do Ato Institucional nº 5 (AI-5); a censura à imprensa, que foi intensificada, limitando a liberdade de expressão e restringindo o acesso à informação; a repressão policial, com prisões arbitrárias, torturas e execuções de opositores ao regime; e o forte controle ideológico.



Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em 20 jan. 2024

A Ditadura Empresarial-Militar deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira e seus efeitos ainda são sentidos até hoje. A luta pela Verdade, Memória, Justiça e Reparação continua, com esforços para esclarecer os eventos ocorridos durante esse período sombrio e garantir que violações aos Direitos Humanos não se repitam na história do Brasil.

👁️ FIQUE DE OLHO

A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn aborda o conceito de movimentos sociais de maneira abrangente, considerando não apenas as formas tradicionais de

organização, como sindicatos ou partidos políticos, mas também as diversas expressões de resistência e mobilização social. Segundo Gohn (2015), os movimentos sociais podem surgir a partir de demandas por direitos, justiça, igualdade e participação, envolvendo diferentes grupos e setores da sociedade.

PRATICANDO EU APRENDO

1) (Enem – 2015) Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- a) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- b) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- c) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- d) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- e) e) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

2) (UECE – 2019) Os movimentos sociais revelam ações presentes nas sociedades democráticas e são expressão da organização e luta da sociedade civil. Atuam coletivamente na afirmação de direitos e na resistência à exclusão social.

Considerando a afirmação acima, é correto dizer que os movimentos sociais

- a) foram criados pelo Estado como meio de colaborar com a administração dos governos e de suas propostas políticas.
- b) são importantes para a sociedade civil porque, por meio deles, direitos de cidadania são conquistados e a democracia é fortalecida.
- c) são exemplos de protestos que promovem a desordem social e põem em risco os direitos e a cidadania conquistados historicamente pela sociedade.
- d) ao se constituírem, atuam aleatoriamente, sem foco nem direção, apenas movidos pela ideia da mobilização.

UNIDADE 2

O MOVIMENTO SINDICAL E A LUTA CONTRA A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL

Um dos principais propósitos do golpe de 1964 era desmantelar o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais, que se tornara um relevante ator político e social no Brasil. A subjugação de sindicatos combativos, **Ligas Camponesas** e organizações intersindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab), era essencial para a concretização do projeto econômico e político subjacente ao golpe.

O movimento sindical urbano e rural, então, foi alvo de intensa repressão por parte do regime autoritário brasileiro. Fato é que a primeira lista de cidadãos que tiveram seus direitos políticos cassados incluía 29 dirigentes sindicais, dentre os quais estavam os líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT): o presidente Dante Pelacani, o vice-presidente Clodesmidt Riani, Roberto Morena, Raphael Martinelli e Osvaldo Pacheco. Também tiveram seus direitos cassados o deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e Gregório Bezerra, ex-deputado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), responsável por organizar sindicatos rurais em Pernambuco, preso e espancado em praça pública. O líder dos camponeses de Trombas e Formoso (Goiás), José Porfírio, foi detido e submetido à tortura.



Fonte: <https://cebi.org.br/noticias/eles-nao-sabem-o-que-fazem/>. Acesso em 10 jan.2024

Com efeito, a ditadura empresarial-militar via, nos sindicatos urbanos e rurais e nos movimentos populares, uma ameaça em potencial à sua estabilidade, pois representavam organizações capazes de mobilizar os trabalhadores em prol de reivindicações por melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos trabalhistas.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo regime, com o objetivo de reprimir o sindicalismo, foi a implementação de legislações restritivas que limitavam a atuação dos sindicatos e enfraqueciam sua capacidade de mobilização. Além disso, líderes sindicais eram frequentemente perseguidos, presos e, em muitos casos, torturados e mortos.

A ditadura também promoveu a intervenção direta nos sindicatos, indicando líderes favoráveis ao governo e suprimindo a autonomia dessas organizações. A criação da estrutura sindical verticalizada, conhecida como “sindicalismo pelego”, buscou controlar e cooptar os sindicatos, enfraquecendo sua independência e capacidade de representação legítima dos trabalhadores.

Apesar das severas medidas repressivas, o movimento sindical no Brasil não se submeteu passivamente à ditadura. A resistência foi marcada por atos corajosos de lideranças sindicais e trabalhadores que enfrentaram a repressão em nome dos direitos trabalhistas e da democracia. Emblemático dessa resistência foram as greves operárias de 1968, em que trabalhadores de diversas categorias profissionais e setores industriais iniciaram uma série de paralisações e protestos.

De fato, as causas das greves eram multifacetadas e incluíam demandas por melhores salários, condições de trabalho dignas, direitos sindicais e, também, refletiam um descontentamento mais amplo com as políticas econômicas e a repressão política do governo autoritário. A repressão sindical implementada pelo regime, incluindo a proibição de greves e a intervenção nos sindicatos, contribuiu para a crescente insatisfação dos trabalhadores.



Fonte: <http://centrovictormeyer.org.br/category/luta-de-classes/>. Acesso em 08 jan. 2024

Um dos eventos mais notáveis foi a Greve dos 300 mil, que ocorreu em julho de 1968 em São Paulo. Essa greve envolveu trabalhadores metalúrgicos, químicos, têxteis e de outros setores industriais. Os manifestantes exigiam melhores condições de trabalho, reajuste salarial e a revogação do arrocho salarial imposto pelo governo. A repressão policial foi intensa, resultando em confrontos violentos entre os grevistas e as forças de segurança. A mobilização foi sufocada pelas autoridades, mas deixou uma marca na história das lutas operárias no Brasil.

Outra importante expressão da resistência operária no Brasil foram as greves do ABC Paulista, região industrial localizada nos arredores da cidade de São Paulo, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. As mobilizações operárias, ocorridas nessa região, nas décadas de 1970 e 1980, lideradas por sindicatos e apoiadas por lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva, o futuro presidente do Brasil, desafiaram diretamente o regime empresarial-militar e suas políticas econômicas e repressivas.



Fonte: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/91505-que-esta-por-tras-do-debate-sobre-o-financiamento-sindical>. Acesso em 20 jan. 2024

Essas greves do ABC Paulista foram marcadas pela intensa participação dos trabalhadores, pela solidariedade entre diferentes categorias profissionais e pelo enfrentamento direto com as autoridades do regime militar. Além das reivindicações específicas, esses movimentos também se tornaram um canal de expressão de insatisfação com as restrições políticas e econômicas e desempenharam papel ativo na transição para a democracia nos anos 1980.

Durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, o estado do

Ceará também foi palco de diversas lutas operárias e movimentos sociais que desafiaram o regime autoritário. Embora a região do Nordeste, muitas vezes, não receba tanta atenção quanto as áreas industrializadas, como o ABC Paulista, houve manifestações e resistências significativas no Ceará.

Nesse sentido, foi emblemática a chamada “Guerra das Castanheiras”, ocorrida no final de 1968, em Fortaleza. Com efeito, centenas de trabalhadoras, empregadas na indústria de extração de óleo da castanha de caju (de onde vem o apelido de “castanheiras”) na Companhia Industrial de Oleos do Nordeste – CIONE, uniram-se em uma greve para exigir salários mais justos e melhores condições de trabalho, além de defenderem a não punição das trabalhadoras mobilizadas (RAMOS, 2018). Com a decretação do AI-5 no mesmo período, o sindicato da categoria sofreu intervenção e o movimento grevista foi colocado na clandestinidade, recebendo forte repressão.

As lutas cearenses que fizeram resistência à ditadura militar não ficaram restritas à Fortaleza. Assim, diversos municípios do interior do estado foram palco de organizações e enfrentamentos que questionaram o aparato repressor estatal. Desse modo, podemos afirmar que o sindicalismo rural no Ceará enfrentou desafios significativos, uma vez que o governo militar implementou medidas repressivas para controlar movimentos sociais, incluindo sindicatos e organizações de trabalhadores rurais. No entanto, apesar das restrições, houve esforços notáveis de resistência e mobilização por parte dos trabalhadores rurais e de suas lideranças.

O processo de fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Ceará data do início dos anos de 1960, como uma confluência das lutas rurais empreendidas pelo PCB e pelos Círculos Operários Cristãos, entre as décadas de 1920 a 1950 (MATOS, 2017). Assim, de 1962 a 1976, esses sindicatos rurais expandiram-se por todo o Estado, alcançando os 141 municípios cearenses existentes naquele período, com destaque para aqueles localizados em Canindé, Parambu, Quixeramobim, Quixadá, Aratuba, dentre outros, que enfrentaram a repressão e obtiveram vitórias significativas em prol dos trabalhadores rurais que representavam. De acordo com Matos (2017):

O processo de construção do sindicalismo rural foi contestado não só por parte do Estado, que centralizou e burocratizou o reconhecimento dos STRs, mas também, pelo patronato cearense que fez uso da violência para tentar pôr fim à luta dos trabalhadores. Durante todo o período ditatorial essas organizações foram vigiadas pelo governo, líderes foram presos, sindicatos foram fechados, mas, ainda assim, o movimento resistiu às pressões e dezenas de Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram fundados no Ceará, até alcançarem sua total presença nos municípios em 1976 (MATOS, 2017, p. 188).

Sem dúvida, o sindicalismo rural brasileiro, durante a ditadura empresarial-militar, reflete a tenacidade dos trabalhadores rurais e suas lideranças na luta por melhores condições de vida e por uma distribuição mais justa das terras. Mesmo sob repressão, esses esforços contribuíram para a construção de um cenário mais democrático e inclusivo na sociedade brasileira.



Fonte: <http://www.bancariosdeguarulhos.com.br/em-meio-a-pandemia-cut-realiza-1-de-maio-solidario/bandeira-cut-2/>. Acesso em 15 jan. 2024

As greves operárias, em todo o Brasil, no campo e na cidade, contribuíram para consolidar a resistência e demonstraram a disposição dos trabalhadores em desafiar as condições impostas pelo regime militar, abrindo caminho para futuras mobilizações e transformações políticas no país. O processo de abertura política que teve início nos anos 1980 permitiu a retomada da liberdade sindical e a reconstrução do movimento sindical brasileiro, a exemplo da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A resistência durante a ditadura empresarial-militar deixou um legado importante, influenciando a configuração e as lutas do movimento sindical no período pós-ditadura, com uma maior consciência da importância da defesa dos direitos trabalhistas e da participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

👁️ FIQUE DE OLHO

As Ligas Camponesas foram movimentos sociais e sindicatos rurais que surgiram no Brasil na década de 1950, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas que ganharam maior visibilidade e influência nos anos seguintes, durante o período da ditadura militar. Suas reivindicações incluíam a distribuição de terras, melhores condições de trabalho, acesso à educação e o fim das práticas opressivas dos latifundiários.

👤 SAIBA MAIS

Filme **“Eles não usam Black-Tie”** (1981), dirigido por Leon Hirszman.

Em São Paulo, em 1980, o jovem operário Tião (Carlos Alberto Riccelli) e sua namorada Maria (Bete Mendes) decidem casar-se ao saber que a moça está grávida. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego,

Fonte: <https://www.cineclassic.com.br/Eles-nao-Usam-Black-Tie/prod-7515424/>. Acesso em 20 jan. 2024



Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), um velho militante sindical que passou três anos na cadeia durante o regime militar.

Classificação indicativa: 14 anos

PARA COMPREENDER

1. Descreva como a ditadura empresarial-militar reprimiu e afetou o movimento sindical, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Quais foram os principais desafios enfrentados pelos sindicatos e como eles resistiram às restrições impostas pelo regime?

2. Reflita sobre as consequências da interação entre a ditadura empresarial-militar e o movimento sindical, considerando tanto o curto quanto o longo prazo. De que maneira as experiências desse período influenciaram a configuração do movimento sindical no Brasil após a redemocratização?

PRATICANDO EU APRENDO

1) (Enem – 2023) O Golpe Militar de 1964 foi implacável no combate ao que restava das Ligas Camponesas, generalizadas na década anterior. No entanto, em relação aos sindicatos, sua atitude foi ambígua. Por meio de acordos com os Estados Unidos, foram concebidos centros sindicais e cursos de liderança com base em princípios conservadores e ministrados por membros da Igreja Católica.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

Os sindicatos rurais foram tratados da forma descrita no texto porque o governo pretendia utilizá-los para

- a) controlar as tensões políticas.
- b) limitar a legislação trabalhista.
- c) divulgar o programa populista.
- d) regularizar a propriedade da terra.
- e) estimular a oferta de mão de obra.

2) (Enem – 2018) Torna-se importante, portanto, salientar que as pautas econômicas dominantes não se incompatibilizavam com demandas políticas ou por garantia de direitos contra as decisões da própria Justiça do Trabalho. Pelo contrário, muitas greves incluíam várias demandas de natureza distinta, e mesmo em demandas primariamente econômicas, colocava-se muitas vezes a dimensão do enfrentamento político. Em todos esses casos, confirma-se a hipótese de que direitos instituídos ou garantias das convenções coletivas, respaldadas pela Justiça do Trabalho, não significavam conquistas materiais às quais os trabalhadores tivessem acesso líquido e certo. Era preciso muitas vezes recorrer às greves para garantir direitos conquistados.

MATTOS, M. B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, n. 47, 2004 (adaptado).

De acordo com o texto, um dos problemas com os quais as organizações sindicais de trabalhadores se defrontavam, de 1954 a 1964, era o descompasso entre

- a) legislação e realidade social.
- b) profissão e formação técnica.
- c) meio rural e cidades industriais.
- d) população e representação parlamentar.
- e) empresariado nacional e capitais estrangeiros.

3) (Enem Libras - 2017) A construção da Transamazônica foi interpretada por alguns estudiosos como uma espécie de contrarreforma agrária, na medida em que abriu para as populações rurais pobres uma nova fronteira de expansão. Na prática, porém, os projetos de colonização da Amazônia fracassaram ou não tiveram continuidade. Em 1985, o MST retoma a ancestral luta pela reforma agrária brasileira. Essa luta não é nova, sendo defendida por abolicionistas do século XIX e pelas Ligas Camponesas nos anos 1950-60.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010 (adaptado).

O processo histórico mencionado evidencia, em temporalidades distintas, um confronto entre

- a) Projetos políticos de ocupação fundiária e resistência social.
- b) Estratégias públicas de qualificação técnica e cultura tradicional.
- c) Mecanismos legais de delimitação territorial e articulação legislativa.
- d) Planejamentos estatais de reforma trabalhista e organização partidária.
- e) Modelos econômicos de desenvolvimento nacional e mobilização sindical.

4) (Enem - 2013) Depois de dez anos de aparente imobilidade, 77.950 operários estavam em greve em São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema – o chamado ABCD, coração industrial do país. Em todas as fábricas, os operários cruzaram os braços

em silêncio. Apanhado de surpresa, o governo militar ficou por algum tempo sem ação. Os empregadores, por sua vez, sofriam sérios prejuízos a cada dia de greve.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984 (adaptado).

O movimento sindical, em fins dos anos 1970, começou a se rearticular e a patrocinar greves de significativa repercussão. Essas greves aconteceram em um contexto político-institucional de

- a) revogação da negociação coletiva entre patrões e empregados.
- b) afirmação dos direitos individuais por parte de minorias.
- c) suspensão da legislação trabalhista forjada durante a Era Vargas.
- d) limitação à liberdade das organizações sindicais e populares.
- e) discordância dos empresários com as políticas industriais.

UNIDADE 3

"EU VOU À LUTA COM ESSA JUVENTUDE"¹: A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL CONTRA A DITADURA

Os movimentos estudantis também desempenharam papel fundamental na resistência ao regime autoritário no Brasil. Estudantes de diversas instituições escolares e de ensino superior foram ativos na oposição às políticas repressivas do governo empresarial-militar e na defesa da democracia.

Diante do poder de mobilização dos movimentos estudantis no Brasil, que já tinham demonstrado força durante a campanha “O petróleo é nosso”, nas décadas de 1940 e 1950, a ditadura empresarial-militar tomou, como umas das primeiras medidas repressivas, a intervenção nas Universidades. Assim, foram criados Atos Institucionais que possibilitaram a nomeação de reitores e professores sem a participação da comunidade acadêmica, gerando forte reação por parte dos estudantes, que viam essas intervenções como uma tentativa de controlar o ambiente acadêmico e limitar a liberdade de expressão.

Além disso, estudantes eram frequentemente alvo de prisões, perseguições e expulsões de instituições de ensino. Nesse contexto, muitos líderes estudantis foram presos e até torturados e mortos. Assim, a morte do estudante Edson Luís, em 1968, foi um evento marcante na história da resistência estudantil à ditadura. Na ocasião, os estudantes realizavam uma manifestação contra o aumento do preço das refeições no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, e a Polícia Militar foi acionada para reprimir o protesto. Durante o confronto, Edson Luís foi atingido por um tiro no peito e morreu no local. A brutalidade da ação policial e a morte de um estudante geraram indignação e revolta em todo o país, tornando Edson Luís um símbolo da luta contra a repressão e intensificando os protestos estudantis.

Diversas organizações estudantis desempenharam papéis importantes na resistência, com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE). De fato, a UNE foi uma das entidades mais ativas na resistência contra a ditadura e desempenhou um papel central na articulação dos movimentos estudantis e na oposição ao regime autoritário. Por conta disso, a repressão contra a UNE foi severa e teve impactos significativos em sua estrutura e atividades.



Logo da União Nacional dos Estudantes.

Fonte: <https://www.une.org.br/> Acesso em 04 de Abr. 2024.

¹ Trecho da música *E Vamos À Luta*, de Gonzaguinha. Disponível em <https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/1134707/>. Acesso em 09 de Abr. 2024.

Em 1964, logo após o golpe empresarial-militar, um grupo de militares e civis invadiu e incendiou o prédio que abrigava a sede da UNE, no Rio de Janeiro. A intervenção buscou neutralizar a influência da organização como um espaço de articulação política e mobilização estudantil. A intervenção na UNE e o subsequente incêndio de sua sede simbolizaram a repressão sistemática e violenta que seria aplicada contra qualquer forma de oposição política durante o regime empresarial-militar.



Fonte: <https://brasamag.com.br/o-pixo-e-o-direito-a-cidade/>. Acesso em 04 jan. 2024

Muitos líderes estudantis foram perseguidos, presos, torturados e obrigados ao exílio. As prisões arbitrárias e a violência física eram táticas frequentemente empregadas contra os membros da UNE. A repressão teve o efeito de silenciar temporariamente a atuação da organização no cenário nacional, mas não conseguiu extinguir o espírito de resistência. A UNE foi reorganizada no exílio e, nos anos 1980, foi ativa na campanha pelas eleições diretas para a presidência, conhecida como “Diretas Já”, quando milhares de pessoas saíram às ruas com faixas e cartazes em grandes manifestações populares em diversas cidades do Brasil. Desse modo, o retorno da UNE ao Brasil simbolizou não apenas a redemocratização do país, mas também a retomada da luta estudantil por liberdades democráticas, pela defesa dos direitos civis e da educação pública.

SAIBA MAIS

Documentário **Barra 68 - Sem Perder a Ternura** (2000), direção de Vladimir Carvalho. Filme que mostra a relação de tensão entre estudantes universitários da Universidade de Brasília e o regime militar, incluindo as agressões e invasões sucessivas feitas à universidade pela ditadura.

Disponível no YouTube.



Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-201938/fotos/detalhe/?cmidfile=21190310>. Acesso em 02 fev. 2024

Livro **Foi Assim! - o Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968**, do autor Bráulio Ramalho.



Fonte: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/braulio-ramalho/foi-assim-o-movimento-estudantil-no-ceara-de-1928-a-1968/3787270208>. Acesso em 02 fev. 2024

👁 FIQUE DE OLHO

A União Nacional dos Estudantes (UNE) é uma entidade estudantil brasileira, sendo uma das mais antigas e representativas do país. Fundada em 1937, a UNE tem como objetivo principal defender os interesses dos estudantes e lutar por melhorias nas condições de ensino, além de se envolver em questões sociais e políticas. A UNE desempenha um papel importante na articulação e mobilização estudantil, promovendo debates e manifestações, representando, assim, os estudantes em diversas instâncias. Ao longo de sua história, a entidade esteve envolvida em movimentos sociais e políticos significativos, incluindo a luta contra a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985.

✚ PARA COMPREENDER

1. Quais foram as principais causas e demandas levantadas pelos estudantes e de que maneira a ditadura empresarial-militar respondeu a essas mobilizações?

2. Como os estudantes resistiram à repressão durante o regime e quais foram os desafios enfrentados pelos líderes estudantis durante esse período?

3. De que maneira as experiências desse período influenciaram a participação cívica dos estudantes brasileiros, após a redemocratização, e quais lições podem ser tiradas dessa interação para a sociedade contemporânea?



PRATICANDO EU APRENDO

1) (Enem – 2021) O jovem que nasceu e cresceu sob a ditadura perdeu muitos contatos com a realidade e com a história como processo vivo. Mas conheceu em sua carne o que é a opressão e como a repressão institucional (às vezes inconsciente e definitiva, dentro da família, da escola etc.) é odiosa. Essa é uma riqueza ímpar. O potencial radical de um jovem — pobre, de pequena burguesia ou “rico” — que sofre prolongadamente uma experiência dessas constitui um agente político valioso. Ele está “embalado” para rejeitar e combater a opressão sistemática e a repressão dissimulada, o que o converte em um ser político inconformista e promissor.

FERNANDES, F. O dilema político dos jovens. In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para reforma política. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

No contexto mencionado, Florestan Fernandes tematiza um efeito inesperado do exercício do poder político decorrente da

- a) evolução histórica do conflito de gerações.
- b) fragilidade moral das instituições públicas.
- c) impossibilidade de realização do controle total.
- d) legitimação ideológica do nacionalismo estatal.
- e) restrição da oferta de oportunidades de educação.

2) (FACERES - 2012/2) A faixa apresentada no enterro do estudante Édson Luís de Lima Souto, morto numa manifestação estudantil no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, com os dizeres: “NESSE LUTO COMEÇA A NOSSA LUTA!” expressava o sentimento que marcaria uma nova fase nas relações entre o governo e o povo brasileiro.

Esse episódio está relacionado com qual acontecimento retratado abaixo?

- a) A repressão policial contra os movimentos estudantis que aumentaram a partir de 1968, em virtude da linha dura do governo Costa e Silva.
- b) O aumento de manifestações da população contra a austeridade moral demonstrada pelo governo Jânio Quadros em 1961.

- c) A revolta dos estudantes com a implementação do chamado Pacote de Abril, do governo de Ernesto Geisel em 1977.
 - d) Os confrontos entre governo e estudantes “cara pintadas” em favor do “impeachment” do presidente Collor, em 1992.
 - e) A situação implantada após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que determinava o uso da força militar para conter as manifestações populares de 1968.
- 3) (Enem – 2010)



Disponível em: <http://pimentacomlimao.files.wordpress.com>.

Acesso em 17 abr. 2010 (adaptado)

A charge remete ao contexto do movimento que ficou conhecido como *Diretas Já*, ocorrido entre os anos de 1983 e 1984. O elemento histórico evidenciado na imagem é

- a) a insistência dos grupos políticos de esquerda em realizar atos políticos ilegais e com poucas chances de serem vitoriosos.
- b) a mobilização em torno da luta pela democracia frente ao regime militar, cada vez mais desacreditado.
- c) o diálogo dos movimentos sociais e dos partidos políticos, então existentes, com os setores do governo interessados em negociar a abertura.
- d) a insatisfação popular diante da atuação dos partidos políticos de oposição ao regime militar criados no início dos anos 80.
- e) a capacidade do regime militar em impedir que as manifestações políticas acontecessem.

PARTE 2:

A LUTA POR DIREITOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM MEIO AO REGIME AUTORITÁRIO

UNIDADE 4

MULHERES EM LUTA CONTRA O AUTORITARISMO

O movimento feminino contra a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil foi uma parte essencial da resistência política e social que ocorreu durante as décadas de 1960 a 1980. Embora a Ditadura tenha sido caracterizada por uma repressão sistemática e restrição das liberdades civis, as mulheres desempenharam um papel crucial na oposição ao regime autoritário.

Diante do quadro repressivo e da escalada autoritária no país, mulheres de diferentes classes sociais, idades e origens se envolveram ativamente em manifestações, passeatas e atos de resistência contra a Ditadura, expressando, corajosamente, sua oposição ao regime militar. De fato, elas desempenharam papéis fundamentais em organizações de resistência e movimentos sociais, dos quais muitas delas foram líderes e militantes proeminentes, lutando pela democracia, direitos humanos e justiça social.



Artistas do teatro, cinema e televisão se juntaram aos estudantes na Passeata dos Cem Mil. Da esquerda para a direita, as atrizes Eva Tudor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Benguel.

Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/passeata-dos-cem-mil-rio-de-janeiro/>. Acesso em 22 jan. 2024

Nesse contexto de organização e luta das mulheres contra o autoritarismo do Estado, organizou-se, em âmbito nacional, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975, com o objetivo de lutar pelo retorno de exilados políticos, libertação de presos políticos e restauração dos direitos civis dos perseguidos pela ditadura empresarial-militar de 1964. Um aspecto notável do MFPA foi a mobilização de mães e familiares de presos políticos e desaparecidos. Grupos como o “Mães de Maio” e o “Mães de Acari” foram pioneiros na luta pela anistia e esclarecimento dos casos de violações aos direitos humanos. Após muitas mobilizações e lutas, em 1979, foi promulgada a Lei da Anistia no Brasil, que representou um marco significativo no processo de redemocratização do país. No entanto, a lei

foi criticada por sua ambiguidade e por impedir a responsabilização de agentes do Estado por violações de direitos humanos.

Assim como em outras partes do país, as mulheres cearenses também se engajaram no Movimento Feminino pela Anistia, com núcleos reunindo militantes nas cidades de Fortaleza, Tauá e Crateús. O MFPA no Ceará desempenhou um papel importante na denúncia de violações aos direitos humanos cometidos durante a Ditadura Empresarial-Militar, ao divulgar informações sobre prisões arbitrárias, torturas e outras formas de repressão. Desse modo, o movimento feminino cearense participou de atos de resistência, incluindo passeatas, manifestações e eventos culturais que promoviam a conscientização sobre as questões políticas e sociais da época. Além disso, engajou-se em ações de solidariedade com familiares de presos políticos, muitas vezes, liderando movimentos que buscavam informações sobre o paradeiro de desaparecidos políticos e defendendo a libertação dos que estavam detidos (DUARTE, 2009).

No Ceará, diversas mulheres engajaram-se na luta contra a opressão ditatorial, pela anistia aos presos políticos e pelo restabelecimento da democracia. Dentre elas, podemos destacar o papel fundamental desempenhado pela **Dra. Wanda Sidou; Maria de Lourdes Albuquerque, Nildes Alencar, Maria Luiza Fontenele e Rosa da Fonseca.**

Ademais, nesse período, além das lutas pelo restabelecimento da democracia no país, houve diversas manifestações e movimentos de resistência contra a carestia, que se refere ao aumento dos preços e à inflação, impactando diretamente na qualidade de vida da população. Muitos desses movimentos foram liderados por mulheres, especialmente em comunidades urbanas. Na verdade, o período da Ditadura foi marcado por um crescimento econômico alcançado às custas de arrocho salarial e aumento da concentração de renda, que resultaram no aumento do custo de vida e da fome. Portanto, em diversas cidades, mulheres contribuíram, decisivamente, com a organização de movimentos comunitários e associações de moradores para enfrentar os desafios econômicos, por meio de feiras populares e protestos públicos. Esses grupos buscavam soluções práticas para lidar com a alta dos preços e, ao mesmo tempo, ampliavam suas vozes na denúncia das políticas econômicas que impactavam negativamente suas vidas.

O período da Ditadura também viu um fortalecimento do movimento feminista no Brasil, considerando que as mulheres lutaram não apenas contra a repressão política e a carestia, mas também por direitos igualitários, ao questionarem as estruturas patriarcais que perpetuavam a desigualdade de gênero no país. Assim, muitas mulheres se envolveram em organizações de resistência mais amplas, como sindicatos, movimentos estudantis e grupos de defesa dos direitos humanos. Dentre as reivindicações, destacavam-se questões como o enfrentamento à violência de gênero e à discriminação no ambiente de trabalho; a luta pela legalização do divórcio e defesa



Fonte: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/centro-de-documentacao-e-memoria-da-unesp/cartaz-do-movimento-feminino-pela-anistia-no-brasil/view>. Acesso em 05 fev. 2024.

dos direitos reprodutivos, incluindo a legalização do aborto e o acesso a métodos contraceptivos.

👁️ FIQUE DE OLHO

Maria de Lourdes Albuquerque foi uma funcionária pública aposentada e professora de Artes. Teve quatro filhos, um genro e duas noras presos pela ditadura. É conhecida como “mãe da Anistia no Ceará” pela sua luta em prol da libertação dos presos políticos e pela sua solidariedade aos perseguidos da opressão do Estado. Faleceu em 2020.

Maria Luiza Fontenele é professora aposentada da UFC. Foi eleita deputada estadual duas vezes e deputada federal. Foi a primeira mulher eleita prefeita em uma capital brasileira, no caso, em Fortaleza, em 1985. Participou ativamente do MFPA no Ceará. Em 1976, criou a União de Mulheres Cearenses, primeiro movimento feminista do estado. É militante do grupo Crítica Radical.

Rosa da Fonseca foi militante do movimento estudantil na época do regime militar, sendo presa e torturada. Participou ativamente do MFPA no Ceará e foi uma das fundadoras da União de Mulheres Cearenses. Foi eleita vereadora de Fortaleza em 1992. Foi militante do grupo Crítica Radical. Faleceu em 2022.

Nildes Alencar nasceu em Lavras da Mangabeira, no sul do Ceará. É professora e ex-presidenta do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. Foi integrante da JEC (Juventude Estudantil Católica). É irmã de Frei Tito de Alencar, morto pela ditadura.

Dra. Wanda Sidou Doutorou-se em Direito Público pela UFC. Foi uma advogada e militante nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Pernambuco. Durante a ditadura, dedicou-se à defesa dos presos políticos, tornando-se símbolo de força e resistência feminina. Foi uma militante pioneira dos direitos humanos e do MFPA no Ceará.

🗣️ SAIBA MAIS

Podcast “Mulheres Arretadas” com o episódio 1 sobre **O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará**.

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/2Gq8Ze5avKUUsun7RxLPJB>



✚️ PARA COMPREENDER

1. Qual foi o papel das mulheres no contexto da ditadura empresarial-militar e de que forma o regime afetou a visibilidade e atuação das ativistas femininas?

2. Em que medida as ativistas femininas se envolveram em causas mais amplas, como os movimentos sindicais, estudantis e de resistência, e de que forma as questões de gênero eram abordadas nesses contextos?

3. De que maneira as lutas femininas desse período influenciaram as conquistas e avanços dos direitos das mulheres no Brasil após a redemocratização?

PRATICANDO EU APRENDO

1) (UNIPAM – 2020) “A lei da Anistia foi aprovada em 1979. Era uma anistia pela metade, que atendia os propósitos do governo de permitir o retorno ao Brasil de antigos líderes políticos visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem necessariamente anistiados antigos integrantes da luta armada. Os cassados por atos institucionais, demitidos de sindicatos e processados pela Lei de Segurança Nacional – mesmo ainda não julgados – continuavam inelegíveis porque o governo não revogava a lei das inelegibilidades”.

KUCINSKI, Bernardo. O fim da ditadura militar. São Paulo: Contexto, 2001, p. 106.

Sobre a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, ou Lei da Anistia e o contexto histórico da ditadura militar brasileira, julgue as considerações a seguir.

I. O general-presidente Ernesto Geisel reforçou seu compromisso com a transição democrática e com o processo de distensão política ao aprovar e promulgar a Lei da Anistia.

II. A lei da Anistia, de 1979, foi aprovada não da maneira que a sociedade civil e os movimentos organizados contra a ditadura exigiam, pois esta beneficiou todos os suspeitos de tortura e assassinato que atuavam nos aparelhos de repressão.

III. A luta pela Anistia (ampla, geral e irrestrita) apoiada por diversos setores da sociedade brasileira, foi desencadeada, em 1975, pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), com o lançamento do Manifesto da Mulher Brasileira, que rapidamente ganhou a adesão de outros setores sociais.

IV. Foi a partir do enfraquecimento da ditadura civil-militar brasileira e da mobilização da sociedade civil que foi possível o retorno dos exilados e a paulatina libertação dos presos políticos, por meio da Lei da Anistia.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.

2) (Urca – 2019) “Ela ficou chorando o tempo todo. Talvez tenha antevisto a importância que teria essa música, coisa que não percebi”. É o que conta Henfil sobre a primeira vez que ouviu a fita cassete com *O bêbado e a equilibrista*, a convite de Elis Regina. Pouco tempo depois, a canção de João Bosco e Aldir Blanc se tornaria o maior sucesso do disco *Essa mulher*, de 1979, e ganharia o apelido de “Hino da Anistia”.

(*O bêbado e a equilibrista*: em 1979, Elis Regina deu voz ao Hino da Anistia – in EBC, capturado no endereço: <http://www.ebc.com.br/cultura/2014/08/o-bebado-e-aequilibrista-em-1979-elis-regina-deu-voz-ao-hino-da-anistia>).

Em 2019, lembramos os 40 anos da assinatura da Lei da Anistia. A lei marca o processo de transição entre o regime autoritário, que instituiu uma Ditadura Militar de 21 anos no país, e a abertura política rumo à democratização. Sobre esse período, é correto afirmar que:

I – A luta pela Anistia política foi marcada pelo retorno das manifestações de rua ao país e das reivindicações públicas pela volta dos exilados. Destacam-se, nesse contexto, o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia;

II – A promulgação da Lei foi feita ainda no Governo do general Ernesto Geisel como parte da política de abertura.

III – A exemplo de outras leis anistiantes, promulgadas em países da América Latina, a lei da Anistia brasileira possibilitou uma ampla reflexão da sociedade, inclusive a investigação e punição de envolvidos nos casos de torturas, prisões ilegais e mortes pelo estado durante o período.

IV – Logo após a assinatura da Lei da Anistia, foi implantada a Comissão Nacional da Verdade, que tornou possível a investigação e apuração de denúncias sobre violação de direitos, desaparecimentos e mortes durante a Ditadura Militar.

V – A Lei da Anistia brasileira dificultou a punição dos crimes de tortura, desaparecimentos e mortes durante o período, sendo que, até hoje, nenhum agente do estado respondeu por tais crimes.

São verdadeiras:

- a) As afirmativas II, III e IV.
- b) As afirmativas II e III.
- c) As afirmativas I e V.
- d) As afirmativas IV e V.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

UNIDADE 5

A DITADURA E A REPRESSÃO À COMUNIDADE LGBT

Durante a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985), a comunidade LGBT enfrentou diversas formas de repressão, discriminação e violência por parte do Estado autoritário. O regime militar promoveu políticas conservadoras e repressivas, afetando grupos considerados “desviantes”, de acordo com a visão oficial da época. De fato, além da imposição de uma ordem política antidemocrática, a ditadura impôs, também, uma ordem moral conservadora a fim de proibir e eliminar valores, costumes e comportamentos que não estivessem de acordo com a “utopia autoritária” do novo regime. Estavam em curso, portanto, políticas oficiais de Estado para controlar as sexualidades e as expressões de gênero que desafiassem o padrão heteronormativo, tido como único aceitável (QUINALHA, 2021).

Em verdade, como afirma o pesquisador Renan Quinalha, a criação de um ‘inimigo interno’ valeu-se de contornos não apenas políticos, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade [e transexualidade] a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (QUINALHA, 2021, p. 22).



Fonte: <https://www.ocafezinho.com/2019/06/28/o-monstro-da-homofobia-na-presidencia-uma-reflexao-sobre-a-vida-em-sociedade/>. Acesso em 27 jan. 2024.

Algumas das principais formas de repressão à comunidade LGBT durante esse período incluíram a frequente perseguição policial de pessoas com base em sua orientação sexual e identidade de gênero. Assim, batidas policiais em locais frequentados por gays, lésbicas e travestis eram comuns, levando a prisões arbitrárias, detenções ilegais e confisco de propriedades. Além disso, a ditadura manteve em vigor dispositivos legais que criminalizavam a homossexualidade, a exemplo do artigo 302 do Código Penal, a considerar crime os atos de “atentado violento ao pudor”,

Além disso, militantes LGBT frequentemente se uniram a outros movimentos sociais que lutavam contra a Ditadura Empresarial-Militar. A solidariedade entre diferentes grupos, como o movimento estudantil e sindical, fortaleceu a resistência de maneira mais ampla. Nesse cenário, ganha destaque o Grupo SOMOS, uma das primeiras organizações LGBT no Brasil, fundado em 1978, na cidade do Rio de Janeiro. O Grupo SOMOS, além de encabeçar a luta por direitos civis e promoção da igualdade para a comunidade LGBT, participou ativamente de movimentos sociais mais amplos que lutavam contra o regime empresarial-militar, pois compreendia que a luta pelos direitos LGBT estava interligada à luta por democracia e liberdade.



Ato de 13 de junho de 1980 contra os rondões do delegado José Wilson Richetti.
Acervo James Green

Fonte: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em 20 jan. 2024.

Nesse contexto de efervescência dos movimentos sociais no enfrentamento à repressão moral e política da ditadura, surge, em 1981, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), que permaneceu atuante até 1990. Para divulgar o movimento, o GALF produzia o jornal *Chana com Chana*, vendendo-o no *Ferro's Bar*, um bar localizado no centro de São Paulo e que se transformou em um importante local para os encontros da comunidade LGBT na cidade.

Entretanto, o dono do *Ferro's Bar* mandou expulsar as ativistas do GALF e proibiu a venda do jornal, alegando que o movimento importunava os clientes, ao mesmo tempo em que ignorava a presença de produtos como drogas ilícitas sendo comercializadas no estabelecimento.

Diante da truculência vivenciada, as militantes do GALF, unidas a outros grupos LGBT's, feministas, políticos e defensores de direitos humanos, organizaram, no dia 19 de agosto daquele ano, um protesto contra as arbitrariedades e expulsões violentas, com a leitura de um manifesto contra a repressão e pelos direitos das mulheres lésbicas. Como resultado, o levante conquistou pedido de desculpas e liberação da venda dos jornais. O levante do *Ferro's Bar* entrou para a história como o "Stonewall lésbico".

brasileiro”, em alusão à icônica rebelião da comunidade LGBT ocorrida nos Estados Unidos em 1969.



**Dia da manifestação do Ferro»s Bar, o Stonewall brasileiro —
Foto: Divulgação/ Ovídio Vieira**

Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>. Acesso em 03 fev. 2024.

Desse modo, a resistência do movimento LGBT durante a Ditadura Empresarial-Militar foi, muitas vezes, silenciada, mas seu impacto perdurou, influenciando gerações subsequentes de ativistas. A luta pela igualdade de direitos e contra a discriminação continuou a se fortalecer ao longo do tempo, culminando em avanços significativos nas últimas décadas, com reconhecimento e conquistas de importantes direitos de cidadania para a população LGBT.

SAIBA MAIS

Documentário **Dzi Croquettes**

Em 1972, estreava o primeiro show dos Dzi Croquettes. Com homens usando roupas femininas, de forma a mostrar as pernas cabeludas e a barba, ele logo foi um sucesso. Apesar disso, foi também banido pelo Serviço Nacional de Teatro. Incorporando o espírito da contracultura reinante na época, os Dzi Croquettes usavam a irreverência para criticar a ditadura militar brasileira.

Disponível no YouTube.

Classificação indicativa: 16 anos.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-183523/>. Acesso em 06 fev. 2024).



Livro “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, organizado por James Green e Renan Quinalha.



Fonte: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/ditadura-e-homossexualidades-repressao-resistencia-e-a-busca-da-verdade/>. Acesso em 03 fev. 2024.

PARA COMPREENDER

1. Em que medida a comunidade LGBT foi invisibilizada e perseguida pelo regime autoritário e como esse movimento social enfrentou as adversidades?

2. Como a comunidade LGBT se organizou para resistir às práticas discriminatórias e repressoras do regime empresarial-militar e de que maneira as questões relacionadas à diversidade sexual foram abordadas nesse contexto?

3. De que maneira as lutas por direitos e visibilidade durante esse período contribuíram para os avanços na aceitação e reconhecimento dos direitos da comunidade LGBT no Brasil pós-redemocratização?



PRATICANDO EU APRENDO

1) (Enem – 2017) No Brasil, assim como em vários outros países, os modernos movimentos LGBT representam um desafio às formas de condenação e perseguição social contra desejos e comportamentos sexuais anticonvencionais associados à vergonha, imoralidade, pecado, degeneração, doença. Falar do movimento LGBT implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como fonte de estigmas, intolerância, opressão.

SIMÕES, J. *Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania*. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (adaptado).

O movimento social abordado justifica-se pela defesa do direito de

- a) organização sindical.
- b) participação partidária.
- c) manifestação religiosa.
- d) formação profissional.
- e) afirmação identitária.

2) (Unicamp – 2022) No Brasil, um exemplo de história que precisa ser narrada é a dos movimentos em defesa dos direitos que hoje reconhecemos como movimentos LGBTQIA+. Tais movimentos eclodiram como um ato de resistência em plena ditadura civil-militar, marcada pela repressão e por ideais conservadores. Naquele contexto, a busca por visibilidade passou a ser compreendida como um dos elementos fundamentais para a conquista da cidadania. Entre outras coisas, os ativistas defendiam que os direitos políticos, sociais e civis tornam-se socialmente legítimos para os cidadãos quando envolvem o direito aos meios de comunicação e à livre expressão.

(Baseado em Vinicius Ferreira e Igor Sacramento, Editorial: **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*. 2019 abr.-jun.13(2): p. 234-239.)

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta acerca da historicidade dos movimentos políticos identitários e suas estratégias políticas de ação.

- a) Esses movimentos eclodiram na segunda metade do século XX, foram perseguidos e silenciados pela ditadura militar e retornaram à cena pública após a instauração de um regime democrático.

- b) Por sua capacidade de obter alcance social, desde a década de 1970, as mídias são ferramentas para a construção de uma cidadania plena, sendo a busca por visibilidade, portanto, uma das estratégias de ação do movimento LGBTQIA+.
- c) O Brasil do século XX construiu-se como uma democracia racial, o que garantiu aos movimentos políticos e identitários nacionais o acesso aos direitos civis, políticos e sociais, esvaziando as agendas dos militantes LGBTQIA+.
- d) Na atualidade, a onda de crimes de homofobia e transfobia estimulam o movimento LGBTQIA+ a rever a pauta da visibilidade dos sujeitos, tornando a militância mais discreta e voltada para o espaço privado da ação dos indivíduos.

PARTE 3:

A RESISTÊNCIA
DOS POVOS
TRADICIONAIS E
ORIGINÁRIOS NA
LUTA CONTRA
A DITADURA
EMPRESARIAL-
MILITAR NO BRASIL

UNIDADE 6

A DITADURA E A LUTA DO MOVIMENTO
NEGRO E QUILOMBOLA

A resistência do movimento negro e **quilombola** durante a ditadura empresarial-militar no Brasil foi marcada por uma corajosa luta contra a opressão, a discriminação racial e as violações dos direitos humanos. De forma estratégica, a ditadura brasileira utilizava o chamado “**mito da democracia racial**” para desmobilizar e criminalizar qualquer articulação organizada em torno do debate das relações raciais. Esse processo era particularmente evidente através da Lei de Segurança Nacional, que categorizava quaisquer denúncias de racismo como atos de subversão e desestabilização da “ordem social”. Assim, o regime impôs uma série de políticas repressivas e autoritárias, atingindo diversas camadas da sociedade, incluindo a população negra.

Nesse contexto, as comunidades quilombolas enfrentaram uma série de desafios e repressões que impactaram profundamente suas vidas e seus territórios tradicionais. Assim, a ditadura, marcada por um regime autoritário, implantou políticas que resultaram em violações dos direitos humanos, e as comunidades quilombolas, devido à sua identidade étnica e ao seu modo de vida tradicional, foram alvos de diferentes formas de repressão.

De fato, durante esse período, muitas comunidades quilombolas foram alvo de deslocamentos forçados e conflitos territoriais. O regime empresarial-militar, muitas vezes em conluio com interesses econômicos, buscava expandir infraestruturas, como estradas e projetos de desenvolvimento, às custas das terras ocupadas por estes povos, resultando em desalojamentos forçados e na perda de terras tradicionais.

As comunidades quilombolas foram negligenciadas e, em alguns casos, suas demandas por reconhecimento de território e direitos foram ignoradas. O regime empresarial-militar não apenas perpetuou a invisibilidade dessas comunidades, mas também restringiu a autonomia sobre suas terras e recursos, dificultando a preservação de sua identidade cultural e modo de vida.

Diante desse quadro repressivo, as organizações e lideranças negras, tanto do campo quanto da cidade, desempenharam um papel crucial na resistência. Nesse sentido, ganha destaque a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, formado por um coletivo diversificado de ativistas, intelectuais e lideranças da comunidade negra, dentre os quais, estão nomes proeminentes como **Abdias do Nascimento** - artista plástico e fundador do Teatro Experimental do Negro, em 1944 - e **Lélia Gonzalez** - importante intelectual, antropóloga, socióloga, militante e feminista negra.



Manifestantes em frente ao Theatro Municipal, em São Paulo, em ato contra o racismo que marcou a fundação do MNU, em 1978 – Jesus Carlos – 7. jul.1978/Imagens.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/vigilancia-da-ditadura-militar-a-movimentos-negros-e-resgatada-em-pesquisas.shtml>.

Acesso em 10 fev. 2024.

O MNU, desde então, tornou-se uma importante voz de resistência e denúncia das injustiças raciais, exigindo o fim da violência policial, do racismo nos meios de comunicação e no mercado de trabalho. Contribuiu, ainda, com a formulação de demandas à Assembleia Constituinte de 1988, tais como a consideração do racismo como crime inafiançável e imprescritível e a inserção de direitos étnicos-quilombola no texto que deu origem à Constituição Cidadã. Efetivamente, a atuação do movimento evidencia as desigualdades sociais, econômicas e educacionais enfrentadas pela população negra, enfatizando a necessidade de mudanças estruturais.

A militância negra e quilombola, durante a ditadura, manifestou-se de diversas formas, incluindo protestos, mobilizações e a articulação de pautas específicas que visavam combater a discriminação racial e promover a igualdade. A denúncia das violações dos direitos humanos, como prisões arbitrárias, torturas e assassinatos, também esteve no centro da luta.

Além disso, artistas negros e intelectuais desempenharam um papel importante na resistência cultural, utilizando a expressão artística como meio de protesto e conscientização, tais como **Solano Trindade**, poeta e fundador do Centro Cultural Afro-Brasileiro em São Paulo; **Ruth de Souza**, atriz e pioneira no teatro e no cinema brasileiros; a renomada cantora **Elza Soares** e **Carlos Negro Próspero**, artista plástico e militante do MNU. Desse modo, a música, a literatura e outras formas de expressão foram utilizadas para dar visibilidade às experiências e desafios enfrentados pela comunidade negra.

Apesar das dificuldades e da repressão do regime militar, a resistência do movimento negro e quilombola



Logo do MNU

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Logo_do_MNU.png. Acesso em 29 jan. 2024.

contribuiu para a conscientização da sociedade sobre a necessidade de se combater o racismo estrutural no Brasil. De fato, o filósofo e jurista Silvio Almeida (2019) define o racismo estrutural como um conjunto de práticas, estruturas e instituições que perpetuam a desigualdade racial de forma sistêmica. Ele destaca que o racismo não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas sim um fenômeno enraizado nas estruturas e instituições da sociedade.

Assim, o legado dessa luta continua a inspirar as gerações atuais na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Efetivamente, o movimento alcançou marcos significativos, incluindo a demarcação de terras quilombolas, a implementação da Lei 10.639, que estabelece o ensino da história afro-brasileira nas escolas, um aumento - embora limitado - na representação de pessoas negras nas universidades, e o reforço da consciência racial entre a população brasileira.

SAIBA MAIS

Histórias da Ciência: Amefricanidade (Lélia Gonzalez)

O documentário conta a história de Lélia de Almeida Gonzalez, que foi filósofa, antropóloga, professora, escritora, intelectual, militante do movimento negro e feminista. Em sua trajetória – encerrada há 25 anos –, teoria e prática estiveram organicamente conectadas.

direção: Cintia Albuquerque

duração: 25 minutos

ano: 2020

Disponível em: <https://videosaude.icict.fiocruz.br/filmes/historias-da-ciencia-amefricanidade/>

Fonte da imagem: <https://videosaude.icict.fiocruz.br/filmes/historias-da-ciencia-amefricanidade/>. Acesso em 06 fev. 2024.



FIQUE DE OLHO

O chamado “mito da democracia racial” ganhou força principalmente a partir do final do século XIX e buscava criar uma narrativa que minimizasse as tensões raciais, destacando uma suposta integração harmônica entre brancos e negros na sociedade brasileira. No entanto, essa visão idealizada contrasta com a realidade histórica e contemporânea, marcada por profundas desigualdades e discriminações raciais. O sociólogo Florestan Fernandes apresenta uma visão crítica ao argumentar que o mito da democracia racial é uma distorção que remonta ao período colonial, quando a inclusão de mestiços nas famílias brancas era interpretada como um suposto elemento de mobilidade social para os negros. Contudo, Fernandes destaca que essa perspectiva omite a realidade de que a miscigenação, na verdade, contribuía para a estratificação social, confinando os mestiços a posições sociais e econômicas predefinidas pelo mundo branco.

(FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global Editora, 2015).

 SAIBA MAIS

Comunidade quilombola refere-se a um grupo de pessoas que residem em áreas, geralmente rurais, remanescentes de quilombos. Essas comunidades têm uma conexão histórica com os quilombos formados durante o período da escravidão, quando os africanos escravizados buscavam refúgio em áreas remotas para escapar da opressão.

Confira em *Quilombo? Quem Somos Nós!*

Disponível em: < <https://conaq.org.br/quem-somos/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Quilombo%3F,%C3%A9tnicos%20desenraizados%20de%20suas%20comunidades.> >

Acesso em 11 de Abr. 2024.

 PARA COMPREENDER

1. Quais foram as formas de repressão específicas enfrentadas pelo movimento negro durante a ditadura empresarial-militar e de que maneira o regime perpetuou a desigualdade racial?

2. Como os ativistas negros se organizaram para combater a discriminação racial e quais foram as principais demandas levantadas pelo movimento nesse contexto?

3. Em que medida as políticas do regime impactaram as terras tradicionais das comunidades quilombolas e como eles resistiram às pressões e ameaças à sua identidade e modo de vida?

4. De que maneira as lutas por igualdade racial nesse período influenciaram as conquistas e avanços na promoção da igualdade racial no Brasil pós-redemocratização?

PRATICANDO EU APRENDO

- 1) (VUNESP – 2018) Observe a figura.



(Versus, julho/agosto de 1978)

Na década de 1970, durante o regime militar, ocorreram manifestações da população negra em importantes cidades do Brasil. Entre essas manifestações, havia a do Movimento Negro Unificado, que tinha como principal foco de sua luta

- a) o fim da marginalização social, segregação econômica e violência racial.
- b) a reprovação das guerrilhas dos negros no Apartheid na África do Sul.
- c) a revisão histórica para diferenciar as raças e suas contribuições à nação.
- d) a implantação progressiva e gradual da democracia racial no Brasil.
- e) igualar os direitos dos negros brasileiros às conquistas dos negros dos EUA.

2) (Simulado Enem 2020 Vestibulares Estratégia) A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) foi marcada por uma manifestação histórica que reuniu milhares de pessoas na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de julho de 1978. Ao longo dos anos de ditadura e depois dela, o movimento foi fundamental para a resistência e a luta por pautas que fossem em direção ao fim da discriminação racial no país. O

MNU contribuiu com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimentonegro-unificado-por-tres-de-seusfundadores#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20movimento%20foi,no%20dia%207%20de%20julho>. Acesso em 29 jul. 2020.

Entre as conquistas do movimento negro asseguradas pela Constituição Cidadã, pode-se destacar:

- a) a consideração da prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível.
- b) a garantia do Estado de combate à ideia de “democracia racial” brasileira.
- c) a garantia do pleno emprego e igualdade salarial às populações negras.
- d) a instituição, o ensino de história e cultura afrobrasileira no ensino básico.
- e) a legalização dos movimentos sociais voltados à defesa da igualdade racial.

UNIDADE 7

A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Dentre os grupos sociais perseguidos pelo regime autoritário oriundo do golpe de 1964, destacam-se os povos indígenas, que enfrentaram desafios significativos em suas lutas pela preservação de suas terras e culturas.

Em verdade, ainda hoje sabemos muito pouco sobre os crimes cometidos pela ditadura contra as populações indígenas. No entanto, é fato incontestável que a ditadura empresarial-militar implementou políticas de desenvolvimento que frequentemente resultaram na exploração desenfreada dos recursos naturais, afetando diretamente as terras indígenas. Grandes projetos de infraestrutura, como estradas e represas, muitas vezes, eram conduzidos sem a devida consulta aos povos indígenas, resultando na degradação ambiental e na perda de territórios tradicionais.

A exemplo disso, um relatório oficial produzido, em 1967, pelo próprio Estado brasileiro, conhecido como “Relatório Figueiredo”, permaneceu classificado como secreto por décadas, sendo divulgado apenas em 2013. Nele, está exposta uma série de violações dos direitos humanos, cometidas contra os povos indígenas, incluindo assassinatos, exploração econômica e práticas genocidas.



Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-matou-milhares-de-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 07 fev. 2024.

Ademais, durante a ditadura, houve uma tendência de adotar políticas assimilacionistas, buscando integrar os povos indígenas à sociedade dominante, muitas vezes, ignorando e desrespeitando suas identidades culturais e modos de vida. Esse tipo de abordagem desconsiderava as diferenças culturais e as necessidades específicas das comunidades indígenas. Em outras palavras, podemos afirmar que a ditadura empresarial-militar empreendeu uma prática de genocídio cultural, referindo-se à destruição deliberada das tradições, línguas e práticas culturais dos povos indígenas.

De fato, a **Comissão Nacional da Verdade** identificou que, durante o regime militar, dez diferentes etnias indígenas foram incluídas entre as vítimas das violações de direitos humanos. Conforme documentado no relatório, no período de 1964 a 1985, aproximadamente 8.350 indígenas perderam suas vidas em decorrência de massacres, apropriação de terras, deslocamentos forçados, detenções, torturas e abusos.

Apesar das dificuldades, os povos indígenas não se renderam passivamente, visto que, ao longo da ditadura, várias comunidades indígenas resistiram de diversas formas. Assim, organizações indígenas foram formadas para articular as demandas e defender os direitos dos povos originários. Líderes indígenas corajosos, por sua vez, emergiram como defensores de suas comunidades, lutando contra a violência, a discriminação e as injustiças, dentre os quais, podemos destacar: **Ailton Krenak**, líder indígena e destacado escritor sobre questões políticas, ambientais e culturais; **Davi Yanomami**, liderança indígena e voz proeminente na luta pela demarcação e proteção das terras do povo Yanomami e **Mário Juruna**, líder do povo Xavante e primeiro indígena eleito deputado federal no Brasil, em 1982, representando o estado do Rio de Janeiro.

Um marco significativo nessa resistência foi a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, uma entidade ligada à Igreja Católica que desempenhou papel fundamental na defesa dos direitos indígenas e na documentação das violações ocorridas durante a ditadura. Nesse sentido, merece destaque a atuação do Padre José Comblin. O religioso foi uma figura significativa na defesa dos direitos humanos e sociais, incluindo a defesa dos povos indígenas, durante a ditadura empresarial-militar. Inclusive, no Ceará, Padre Comblin denunciava as práticas predatórias que impactavam as comunidades indígenas, como a perda de terras devido a projetos de desenvolvimento e a violência enfrentada por essas populações.

Ainda no contexto cearense, várias etnias indígenas, tais como os povos Tapeba, Anacé, Tremembé, Kariri, Jenipapo-Kanindé, dentre outras, resistiram às políticas do regime autoritário, especialmente aquelas que enfrentaram ameaças à sua terra, cultura e modos de vida. É importante notar que, embora a documentação específica sobre as lutas indígenas no Ceará durante esse período possa ser limitada, as comunidades indígenas em todo o Brasil enfrentaram desafios similares em prol da preservação da identidade cultural, da defesa do território e da garantia de direitos fundamentais.

Após intensos processos de organização e mobilização, a conquista da Constituição de 1988 representou um avanço significativo para os direitos indígenas no Brasil, reconhecendo e garantindo a proteção de suas terras e culturas.

No entanto, apesar dos avanços legais, os povos indígenas ainda enfrentam desafios contínuos, como invasões de terras, conflitos com fazendeiros e interesses econômicos.

A resistência do movimento indígena no Brasil é uma parte essencial da história do país, destacando a importância da preservação da diversidade cultural e do respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica.



Ailton krenak, em 1987, durante protesto na Assembleia Nacional Constituinte. Krenak, em um discurso histórico, pintou seu rosto com jenipapo.

Fonte: <https://www.geledes.org.br/de-qual-humanidade-voce-e/>. Acesso em 03 fev. 2024.

SAIBA MAIS

Ep 42 – Cadê o massacre indígena que estava aqui?

Podcast Os crimes da Ditadura

Temos a honra de trazer, neste episódio, algumas das questões indígenas durante a ditadura militar brasileira, apresentando relatos históricos ainda pouco conhecidos do grande público, mas que chocaram historiadores, jornalistas e estudiosos do período a partir de 2013, ano em que foi encontrado um relatório supostamente perdido, o Relatório Figueiredo.



Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7lyDPOvLCjD6rkvBA20Ag0>

Livro: “Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura”

Autor: Rubens Valente

Selo: Companhia das Letras

Ano de publicação: 2017

Fonte da imagem: <https://www.amazon.com.br/Os-fuzis-flechas-Rubens-Valente/dp/8535927115>.
Acesso em 07 fev. 2024.



FIQUE DE OLHO

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um órgão brasileiro instituído em 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, com o objetivo de investigar as violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. A criação da CNV representou um esforço para esclarecer os crimes cometidos durante o regime militar, que governou o país de 1964 a 1985. A CNV tinha como principais objetivos apurar casos de tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados, censura e outras violações aos direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar. A comissão foi composta por especialistas de diversas áreas, como historiadores, advogados e representantes de organizações de direitos humanos.

PARA COMPREENDER

1. Como as práticas autoritárias da ditadura empresarial-militar impactaram diretamente as populações indígenas?

2. Quais foram as estratégias adotadas pelos povos indígenas para resistir às políticas do regime e garantir a defesa de seus direitos territoriais, culturais e sociais?

3. De que maneira as experiências desse período influenciaram as lutas indígenas no Brasil pós-redemocratização e quais são os desafios atuais enfrentados pelas comunidades indígenas no país?



PRATICANDO EM APRENDENDO

1) (Enem - 2014) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, “por baixo”, cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- a) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- b) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- c) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- d) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- e) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

2) (UFPR - 2017) Considere o fragmento abaixo:

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.

(RELATÓRIO, Comissão Nacional da Verdade. *Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas*, v. 2. Texto 5. 2014. p. 205.)

Sobre a questão indígena na Ditadura Militar, assinale a alternativa correta.

- a) Projetos como a construção das hidrelétricas de Itaipu e de Tucuruí, no rio Tocantins, impulsionaram o desenvolvimento econômico de várias comunidades indígenas, graças aos projetos executados pela FUNAI.
- b) Apesar das mortes contabilizadas no relatório da CNV, após o golpe civil-militar, os indígenas passaram a ser valorizados no novo período econômico que se iniciou no Brasil.
- c) No período da Ditadura Militar, foi criada a Guarda Nacional Indígena, uma milícia armada integrada exclusivamente por responsáveis pelo policiamento nas áreas indígenas para manutenção de sua cultura.
- d) Com o golpe civil-militar, devido às construções de grandes obras, a mão de obra indígena começou a ser parcialmente valorizada pelo governo Figueiredo, que percebeu a aptidão dos indígenas para a manufatura.
- e) Após o golpe civil-militar, um novo período econômico se iniciou no Brasil, com construções de grandes obras nas quais os indígenas passaram a ser tratados como obstáculos para o desenvolvimento nacional.



CULMINÂNCIA

Elabore uma exposição interativa sobre a resistência dos Movimentos Sociais durante a Ditadura no Brasil (1964-1985). Nessa exposição, teremos a oportunidade de compreender o papel dos Movimentos Sociais na resistência à ditadura empresarial-militar e explorar as diferentes formas de manifestação e organização desses movimentos durante o referido período.

Sugestão de materiais:

- Painéis informativos sobre os principais Movimentos Sociais da época, estudados nessa Eletiva (ex: movimento estudantil, movimento sindical, movimento feminista, movimento negro, entre outros).
- Recursos audiovisuais (vídeos, documentários, depoimentos).
- Exemplares de jornais e revistas da época.
- Espaço para apresentações e discussões.

► Materiais para montagem de murais e cartazes.

E não esqueçam: as lutas e resistências dos diversos movimentos sociais aqui estudados contribuíram significativamente para a redemocratização do Brasil, evidenciando a importância da participação cívica e da mobilização popular na defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

Bom trabalho!

É HORA DE NOS DESPEDIRMOS!

Queridas/os estudantes, chegamos ao fim de nossa jornada neste fascículo sobre a resistência dos movimentos sociais durante a ditadura no Brasil (1964-1985). Ao longo deste período, exploramos profundamente os desafios, as estratégias e as conquistas desses grupos que enfrentaram bravamente um regime opressivo em prol da democracia e dos direitos humanos. Cada uma/um de vocês trouxe contribuições valiosas para nossas discussões e reflexões, enriquecendo nosso aprendizado coletivo.

Que as lições aprendidas aqui nos motivem a ser agentes de mudança em nossas comunidades, sempre defendendo os valores democráticos e os direitos fundamentais.

Até logo!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DUARTE, A. R. F. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Universidade Federal de Santa Catarina (tese), 2009.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2015.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MATOS, H. S. **Justiça juntos: os sindicatos de trabalhadores rurais no Ceará de 1950-1985**. Universidade Federal do Ceará (dissertação), 2017.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAMOS, M. H. B. **“A Guerra das Castanheiras da CIONE (Fortaleza-CE, 1968): contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta”**. Universidade Federal Fluminense (dissertação), 2018.